

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Carmen Salete Pithan da Silva

**FORMAÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DA REDE MUNICIPAL DE CORONEL BICACO-RS**

Santa Maria, RS, Brasil
2016

**FORMAÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DA REDE MUNICIPAL DE CORONEL BICACO-RS**

POR

Carmen Salete Pithan da Silva

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), POLO IJUÍ, como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Docência na Educação Infantil.**

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Débora Teixeira de Mello

Santa Maria, RS, Brasil

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia da
Especialização em Docência na educação Infantil

**FORMAÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA
DA REDE MUNICIPAL DE CORONEL BICACO-RS**

Elaborada por:
Carmen Salete Pithan da Silva

Como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Docência na Educação Infantil

Comissão examinadora

Prof.^a Dr.^a Débora Teixeira de Mello
(Presidente/Orientadora)

Prof.^a Dr.^a. Viviane Ache Cancian

Prof.^a Esp. Monique Robain Montano

Santa Maria, 23 de setembro de 2016

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida,

À minha família, pela força que me deu para que realizasse esta especialização, que soube compreender os momentos que estive ausente.

Aos meus colegas, pela colaboração, troca de experiências, momentos de aprendizagens e descobertas vivenciadas.

Aos mestres que contribuíram na minha formação, em especial a minha orientadora Débora Teixeira de Mello, pela compreensão, paciência, estímulo, apoio durante esta pesquisa.

DEDICATÓRIA

As todas as crianças
em especial aos meus alunos
que através de seus sorrisos,
suas alegrias e curiosidades
foram minha fonte de inspiração.

“O processo de formação é tanto mais feliz quanto mais as suas diversas fases assumirem o carácter de acontecimentos vividos.” (Hugo Hofmannsthal)

RESUMO

AUTORA: Carmen Salete Pithan da Silva
ORIENTADORA: Prof^a. Débora Teixeira de Mello

Esta pesquisa teve como objetivo principal refletir sobre as práticas pedagógicas e as concepções de infância que permeiam a formação de docentes que atuam na educação infantil, em uma escola pública da rede municipal de Coronel Bicaco/RS. O problema que norteou o estudo foi: Quais práticas pedagógicas e que concepções de infância permeiam a formação de docentes que atuam na educação infantil? A metodologia usada nesta investigação foi a pesquisa participante com enfoque qualitativo e interpretativo. Os dados desta pesquisa evidenciam que a maioria dos docentes não têm formação específica para trabalhar na educação infantil, mas acreditam na formação continuada e que as formações precisam ser repensadas e reestruturadas como um todo, abrangendo as dimensões da formação inicial e da formação continuada. Diante disso, os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de um maior estudo em torno da especificidade da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil - Políticas Públicas e Educação Infantil - Formação de Professores - Formação Continuada

ABSTRACT

AUTHORA: CARMEN SALETE PITHAN DA SILVA
ADVISORA: DÉBORA TEIXEIRA DE MELLO

This research aimed to reflect on teaching practices and childhood conceptions that permeate the training of teachers who work in childhood education in a public school in Coronel Bicaco city / RS. The problem that guided the study was: What pedagogical practices and conceptions of childhood permeate the training of teachers who work in childhood education? The methodology used in this research was participatory with qualitative and interpretative approach research. Data from this study show that most teachers do not have specific training to work in early childhood education, but they believe in continuing education and that training must be rethought and restructured as a whole, including the dimensions of initial training and continuing education. Thus, the results from this research show to the need for further study about the specificity of Childhood Education.

Keywords: Childhood Education - Public Policies and Childhood Education - Teacher Training - Continuing Education

LISTA DE SIGLAS

EI: Educação Infantil

EMEI: Escola Municipal de Educação Infantil

CONAE: Conferência Nacional de Educação

DCNEI: Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

PNE: Plano Nacional de Educação

UFSM: Universidade Federal de Santa Maria

PPP: Projeto Político Pedagógico

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Relação dos Docentes Pesquisados

QUADRO 2 - Relação dos Atendentes Pesquisados

QUADRO 3 - Relação dos Monitores Pesquisados

QUADRO 4 - Relação dos Gestores Pesquisados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
MEMORIAL	13
CAPITULO I	
CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA DA PESQUISA	15
CAPITULO II	
CONQUISTAS DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	19
CAPITULO III	
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	23
CAPITULO IV	
CONTEXTUALIZANDO O MÉTODO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	26
CAPITULO V	
ANÁLISE DE DADOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
ANEXOS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como temática a formação de docentes na educação infantil, refletindo sobre as práticas pedagógicas e a importância da formação de docentes que atuam nesta etapa da Educação Básica. O estudo foi feito em uma escola pública da rede municipal de Coronel Bicaco/RS. O problema que norteou o estudo foi: Qual a importância da formação docente dos professores que atuam na educação infantil e como a formação influencia as práticas pedagógicas dos professores? Os objetivos específicos foram: a) investigar os pressupostos teóricos e metodológicos que pautam as políticas públicas para a formação continuada de docentes que atuam na educação infantil; b) analisar de que forma tais políticas de formação inicial tem sido desenvolvidas no contexto pesquisado; c) refletir sobre as práticas pedagógicas e as concepções de infância na formação continuada a partir da escuta de docentes no contexto pesquisado.

A escolha do tema desta pesquisa justifica-se pela relevância de se promover uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e a importância da formação do docente da Educação Infantil e investigar quais temas estão sendo tratados na formação dos docentes. Acredito que no momento que os professores se disponibilizarem a planejar no coletivo na escola e compreenderem que o planejamento não é troca de “folhinhas” e a direção reconheça a importância do planejamento, do estudo, da troca de experiências, da construção do Projeto Político Pedagógico, do regimento escolar, de um conselho escolar ativo e a participação dos pais e comunidade e tenham um melhor conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Infantil (2009), haverá uma educação de qualidade.

O curso de especialização em docência na educação infantil me proporcionou um novo horizonte, a ter um outro olhar sobre a criança, a troca de experiências com os colegas me auxiliou na reorganização pedagógica da escola e enriquecer o trabalho que estava sendo desenvolvido. O conhecimento compartilhado com os professores (as) me possibilitou mudar minha prática pedagógica e despertar o gosto pela leitura em relação à educação infantil. Sinto necessidade e curiosidade sobre o assunto. O curso de Especialização em Docência na Educação Infantil me trouxe abordagens para que pudesse melhor compreender o processo educativo na educação infantil, me encorajando para que me desafie a provocar mudanças na prática educativa na escola, o que antes eu não tinha. Incomodava-me, me angustiava, mas também não tinha formação específica que me desse fortalecimento para tentar mudar a prática pedagógica. Acredito que a busca pela formação deva ser de interesse dos professores,

precisa partir dele, quando o professor é comprometido com a educação, não há barreiras, nem limites que lhe impeçam de buscar a formação almejada.

MEMORIAL

Sou formada em curso de nível médio na modalidade normal pela Escola Cenicista de 2º Grau Tenente Portela-RS. Minha formação acadêmica se constitui na graduação em Normal Superior pela SEI-Faculdades de Itapiranga-SC. Cursei pós-graduação “LATO SENSU” em Educação: Especialização em Ação Interdisciplinar no Processo Aprendizagem com Ênfase nos Paradigmas Atuais da Educação na Área de Concentração: Gestão Escolar, também pela SEI-FAI de Itapiranga-SC. Comecei a atuar como professora de educação infantil contratada no ano de 1998 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Campo Novo. Em 1999, com o fechamento da escola, passei a trabalhar na creche municipal Dr. João Hélio Link. No ano de 2000 a 2006, com contrato emergencial trabalhei na Escola Estadual São Francisco de Sales de Campo Novo. Em 2004 fiz concurso para educação infantil pelo município de Coronel Bicaco/RS, onde atuo até hoje com plano de carreira de 20h de trabalho docente. Em 2006 fui nomeada pelo Estado para as séries iniciais do Ensino Fundamental e fui designada para trabalhar 20h como docente na Escola Estadual de Ensino Médio Cecília Meireles de Coronel Bicaco/RS. No concurso público de Coronel Bicaco/RS em 2004 foram concursados 12 professores (as) para a educação infantil, sendo a exigência para trabalhar o ensino médio. Destas 12, duas professoras foram designadas para creche. Eu fui uma das escolhidas. No ano de 2013 a 2015 fui coordenadora local do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa). Também em 2013 trabalhei na SMEC (Secretaria Municipal de Educação) como coordenadora da educação infantil. Foi neste ano que senti que precisava realmente buscar uma formação específica na área da educação infantil para que pudesse contribuir de forma mais qualificada.

O que me levou a esta pesquisa foi o conhecimento de que muitos professores que trabalham na área de educação infantil não tem formação ou já são formados há anos. Muitos professores não tiveram oportunidade, outros tem formação em outras áreas e como ter mais de uma especialização não muda de nível, não tendo retorno financeiro, não consideram viável fazer formação específica para sua área de atuação. Muitos professores, não buscam formação parecendo ser por falta de interesse, pois quando têm oportunidade de participarem das formações continuadas oferecidas no município, muitas vezes deixam de participar. Nestes anos de experiência profissional, concluí que me identifico profundamente no trabalho com a educação infantil e que para se ter uma educação de qualidade é necessário estar numa constante busca de novos saberes. Creio que não poderia continuar a trabalhar na área de educação infantil sem uma especialização, pois como educadora sou responsável pela

construção de uma base sólida para que a criança tenha uma trajetória escolar bem sucedida: favorecendo sua conquista de autonomia e de construção de sua identidade. Acredito que como professora posso contribuir na formação humana e no desenvolvimento integral das crianças.

CAPÍTULO I

Contextualizando a Escola da Pesquisa

O local pesquisado foi a EMEI Meu Cantinho, que se localiza no município de Coronel Bicaco/RS. Nesta escola a turma do berçário é atendida por duas atendentes, sendo que uma delas tem apenas a 4ª série e a outra o ensino médio. Nas demais turmas, a maioria dos professores possuem magistério, mas já formados há bastante tempo e com especializações em outras áreas. Muitos professores não conhecem as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2009).

O despreparo para trabalhar com educação infantil, a falta de qualificação, a inexistência do PPP da escola atualizado, do regimento escolar e do planejamento coletivo na escola foram alguns dos fatores que provocaram certa inquietação. Sendo assim, senti a necessidade de desenvolver um trabalho voltado para a problematização da formação dos professores. Busco com ele, sobretudo, a sensibilização para a atuação da secretaria de educação e da gestão municipal para que tenham um novo olhar para a educação infantil e propiciem uma formação continuada para o corpo docente da escola. A partir do conhecimento, da troca de experiência e da base teórica que adquiri nesta especialização em docência na educação infantil eu acredito que posso contribuir para melhorar o ensino e sua qualidade na educação infantil.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) a criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. Portanto, é fundamental que a formação continuada dos profissionais da educação infantil receba uma atenção maior pela importância que possui e pelo papel que desempenha para a sociedade.

A situação de desvantagem das crianças moradoras dos territórios rurais em relação ao acesso à educação é conhecida por meio dos relatórios governamentais e por trabalhos acadêmicos. Não bastasse a baixíssima cobertura do atendimento, esses relatórios apontam que são precárias as instalações, são inadequados os materiais e os professores geralmente não possuem formação para o trabalho com essas populações, o que caracteriza uma flagrante ineficácia no cumprimento da política de igualdade em relação ao acesso e permanência na Educação Infantil e uma violação do direito à educação dessas crianças. Uma política que promova com qualidade a Educação Infantil nos próprios territórios rurais instiga a construção de uma pedagogia dos povos do campo – construída na relação intrínseca com os saberes, as realidades e temporalidades das crianças e de suas comunidades – e requer a necessária formação do professor nessa pedagogia. (PARECER CNE/CEB Nº 20/2009, p. 11-12)

A escola foi fundada em 1998 e funcionava em um prédio pequeno, sem espaço físico adequado, em condições precárias até o ano de 2013. A escola era assistencialista, a preocupação era cuidar das crianças, trocar fralda e alimentar. Na sala do berçário havia em torno de 24 crianças entre 04 meses até 3 anos; esse agrupamento acontecia porque existiam poucas salas e poucos educadores contratados. Estas crianças eram cuidadas por duas atendentes, não eram estimuladas para a expressão corporal e oral. As crianças da faixa etária de 3 anos a 6 anos eram divididas em duas turmas: uma de crianças de 3 e 4 anos que ficavam numa sala e uma turma de 5 e 6 em outra, estas então tinham professoras, nem sempre com formação para trabalhar com Educação Infantil.

Devido o fluxo de crianças aumentar a escola passou a funcionar no 2º semestre de 2014 no prédio do Proinfância que ainda não estava concluído. Foi feita a mudança com a mobília velha, sendo que muitas coisas não foram possíveis nem montar de tão velhas que estavam. As condições do novo prédio também eram precárias, pias entupidas, mau cheiro nas salas, banheiros que não funcionavam, infiltração de água, refeitório que alagava, pátio com pedra brita, rede de luz insuficiente. A mudança foi uma decepção. Atualmente a escola tem 130 alunos matriculados funcionando em turno integral. Algumas crianças frequentam um só turno, por opção das famílias. O horário de entrada na parte da manhã é 7h, o horário de saída é 11h e 30 minutos, à tarde o horário de entrada é 13h e 30 minutos e a saída às 18h. As turmas estão distribuídas da seguinte forma: **Berçário**: crianças de 04 meses a 1 ano; **Maternal I**: crianças de 1 ano a 1 ano e 11 meses; **Maternal II**: crianças de 2 anos a 2 anos e 11 meses; **Maternal III**: crianças de 3 anos a 3 anos e 11 meses e **Pré-Escola I e II** 4 a 5 anos e 11 meses (estas turmas ficam juntas, na mesma sala).

O município de Coronel Bicaco atende 22,5% das crianças de 0 a 3 anos de idade, estando muito longe de atingir a meta de 50% estabelecida pelo plano nacional (PNE 2001-2010) e do novo PNE (2014-2024). Acredita-se que algumas das dificuldades de se atingir a meta, seja pela localização da escola que fica num bairro retirado da cidade e o município não oferece transporte; devido à redução da taxa de fecundidade no município e também porque a maioria das mães não trabalham, apesar de serem de famílias de baixa renda. Na faixa etária de 4 a 5 anos, foi atingida a meta de 73,6% sendo que esse total de crianças são atendidas não somente na EMEI, mas nas cinco escolas de ensino fundamental existentes no município. Totalizando o atendimento no município de 39,2% da população de 0 a 5 anos de idade. (SMEC/2015).

A maioria das crianças que frequentam a EMEI permanecem em tempo integral na escola. Temos crianças com necessidades educacionais especiais. Não temos coordenadora

pedagógica, psicóloga e fonoaudióloga. A nutricionista atende toda a rede municipal. A escola é composta pela diretora, pela vice-diretora (turno da tarde), por 7 professoras, 5 atendentes, duas monitoras, duas merendeiras e duas serventes. A escola enfrenta grande precariedade no quadro de pessoal, com rotatividade, e provisoriedade¹.

O local ainda precisa ser melhor organizado e limpo. O mobiliário das salas de aula e os bebedouros do pátio interno recebidos recentemente são adequados ao tamanho das crianças. As salas de aulas são arejadas, nem todas as salas possuem banheiros. Os materiais, jogos e brinquedos são pouquíssimos e não estão ao alcance das crianças. Estes ficam em cima de mesas altas de mármore dificultando a criança a fazer uso dos mesmos. As turmas de berçário I e II não possuem materiais, jogos e brinquedos que estimulam o desenvolvimento da criança que está na faixa etária de zero a dois anos de idade. No pátio externo tem brinquedos também recebidos recentemente como: balanços, escorregador, gira-gira, gangorra e tanque de areia e casinha.

O Projeto Político Pedagógico da escola foi construído no ano de 2012, até então não tinha. O mesmo não foi mais refeito. O Conselho Escolar também foi escolhido em 2012, mas não tem atuação ativa. O CNPJ também foi encaminhado neste mesmo ano, sendo legalizado em meados do ano de 2015, porém a escola ainda não recebeu repasse de verbas. Os planejamentos aconteceram no ano de 2013. Estava previsto para que em 2016, os planejamentos acontecessem uma vez por mês a partir do mês de abril. No entanto, estamos no final de maio e os mesmos não aconteceram. A distância entre a legislação e a realidade ainda permanecem no município.

No município está previsto um novo concurso público para sair no dia 29 de maio do corrente ano, o qual terá duas vagas para atendentes de creche, infelizmente a escolaridade exigida será o ensino fundamental incompleto e experiência na área. Para monitores educacionais terão 3 vagas e a exigência para poder fazer o concurso será o ensino médio incompleto. Para professores de educação infantil terão 3 vagas e os mesmos terão que ter habilitação mínima em curso de nível médio na modalidade normal ou curso superior de licenciatura plena em pedagogia com habilitação em educação infantil ou pós-graduação com habilitação específica. Abrirão 2 vagas para pedagogo para atuar na rede municipal, sendo a

¹No município de Coronel Bicaco, a indicação é o mecanismo de nomeação dos diretores das escolas, pois não há eleições para cargos de diretores.

exigência do ensino superior completo em pedagogia ou pós-graduação com habilitação específica².

²Segundo o Plano de Carreira do Magistério Público do Município de Coronel Bicaco, Lei N° 1538/2002: “Para efeito do plano de carreira do magistério do município de Coronel Bicaco são adotadas as definições sobre o regime de trabalho: - Título III do regime de trabalho dos profissionais da educação infantil e ensino fundamental será de 20 h semanais, sendo que 20% dessa carga horária fica reservada para horas atividades. - parágrafo único – As horas atividades são reservadas para estudos, planejamento e avaliação do trabalho didático, bem como atender a reuniões pedagógicas, prestar colaboração com a administração da escola, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional. Título II da carreira do magistério. Cap. I dos princípios básicos. Art. 3°. A carreira do magistério público do município tem como princípios básicos: I – Habilitação profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da comprovação de titulação específica. II – valorização profissional: condições de trabalho compatíveis com a dignidade da profissão, com aperfeiçoamento profissional continuado; V – Período reservado a estudos, planejamento e avaliação incluídos na carga horária de trabalho. CAP. IV do aperfeiçoamento Art. 20- Aperfeiçoamento é o “conjunto de procedimentos que visam proporcionar a atualização, capacitação e valorização dos profissionais da educação para a melhoria da qualidade do ensino. § 1º- O aperfeiçoamento de que trata este artigo, será desenvolvido e oportunizado ao profissional da educação através de cursos, seminários, encontros, simpósios, palestras, semanas de estudos e outros similares, conforme programas estabelecidos”.

CAPÍTULO II

CONQUISTAS DA LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As transformações que vêm ocorrendo exigem cada vez mais o aperfeiçoamento e aprimoramento do conhecimento. A educação brasileira deve ser repensada, assim como as condições para a qualificação do profissional de educação. É preciso desenvolver políticas de valorização, visando a melhoria das condições de trabalho e de salário, bem como as condições físicas das escolas, dotando-as de recursos didáticos e ampliando as possibilidades de uso das tecnologias da comunicação e da informação.

O quadro geral que emerge desses estudos aponta assim, para uma situação dinâmica, com importantes mudanças introduzidas na última década, mas ainda contraditórias, apresentando desafios que parecem se desdobrar à medida que uma nova consciência sobre a importância da educação infantil se dissemina na sociedade (CAMPOS, et al. 2006, p. 120).

Se antes a Educação Infantil era vista como assistencialista, hoje ela tem um outro olhar, pois a Educação Infantil tem como finalidade o desenvolvimento da criança. Somente em 1988 a “Constituição Federal”, dentro do capítulo que se refere à educação - artigo 18, inciso IV previu o direito à educação infantil para todas as crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas, representando assim um grande avanço educacional. A partir da Constituição de 1988 as crianças de até seis anos de idade passaram a ter direito a educação em nosso país, sendo este um direito da criança e um dever do Estado. Essa conquista teve a participação de muitos movimentos, além das lutas dos profissionais em educação. A LDBEN 9394/96 modificada pela lei 12.976 de 2013, estabelece que:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). [...] Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; [...] Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Com os avanços na legislação, as creches e escolas de educação infantil tornam-se espaços coletivos de convivência, de interações entre adultos e crianças. Os docentes devem promover atividades, brincadeiras prazerosas que propiciem o desenvolvimento da criança, estabelecer uma relação inteira capaz de contê-la, e estimulá-la a construir atitudes de respeito e solidariedade, fortalecendo a autoestima e os vínculos afetivos de todas as crianças, estimular brincar, criar, aprender, crescer, propor atividades desafiadoras, encantadoras, significativas e continentais que propiciem a descoberta do mundo, do outro e de si mesma. O docente deve avaliar a sua prática pedagógica, impulsionar e qualificar a sua ação educativa.

As instituições de Educação infantil devem tanto oferecer espaço limpo, seguro e voltado para garantir a saúde infantil quanto se organizar como ambientes acolhedores, desafiadores e inclusivos, plenos de interações, explorações e descobertas partilhadas com outras crianças e com o professor. Elas ainda devem criar contextos que articulem diferentes linguagens e que permitam a participação, expressão, criação, manifestação e considerações de seus interesses. (PARECER CNE/CEB Nº 20/2009, p.12).

A revisão e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) é uma importante referência da legislação para compreender a atualidade da Educação Infantil (EI). A crescente demanda por EI em nosso país demonstra a importância que ela tem no desenvolvimento social e humano das crianças em idade escolar.

As metas de expansão da educação infantil, universalização da pré-escola e atendimento à demanda manifesta por creches evidenciam a necessidade de suprir a carência de professores na área. Um dos grandes desafios é também manter a expansão da creche e a universalização da pré-escola com professores em carreiras dignas, integradas ao magistério da educação básica (VIEIRA, 2010, p. 255).

Na Educação Infantil, a formação de profissionais sempre foi foco de discussões, pois a falta de professores com formação específica para trabalhar nesta etapa da Educação Básica é grande e a demanda pela educação infantil é crescente, trata-se de um grande desafio, pois a qualidade da educação depende da qualidade da formação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças.

As principais mudanças ocorridas no plano da legislação, por meio de emendas constitucionais e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE), além da recente extensão da obrigatoriedade escolar e da ampliação para nove anos do ensino fundamental, constituem-se na aprovação de novas diretrizes curriculares, tanto para a formação dos professores nos cursos de pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1, 2006) quanto para a organização pedagógica de educação infantil (Resolução CNE/CBE nº 5, de 2009).

As creches e pré-escolas se constituem, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças (PARECER CNE/CEB Nº 20/2009, DCNEIS, p.4).

Alguns outros indicadores permitem tal consideração: a adoção de um ministério responsável pela coordenação de políticas e programas de educação da criança desde o nascimento, o MEC; a aprovação no Congresso Nacional e no CNE, bem como nos conselhos subnacionais, de legislação educacional e correlata, com parâmetros para a organização da educação infantil nos sistemas de ensino e formas de controle social sobre a oferta pública e privada; a crescente profissionalização do pessoal nas creches, com a observância de exigências de formação e qualificação, e com a caracterização do trabalho docente e dos profissionais que ocupam diretamente do cuidado e educação como docentes. Todos esses indicadores expressam o processo de institucionalização da educação da criança pequena no âmbito dos sistemas de ensino (VIEIRA, 2011).

No atual cenário da educação infantil no Brasil, destaca-se que os marcos legais estão postos e sua divulgação e adoção encontra-se em andamento, ainda que de forma desigual nos diversos contextos do país. Apesar de grandes diferenças regionais que caracterizam a realidade social brasileira, observam-se no entanto, alguns padrões comuns registrados nas pesquisas, que indicam a persistência de modelos de atendimento para creches e pré-escolas ainda bastante resistentes à introdução das mudanças definidas na nova legislação (CAMPOS, 2006, p. 117).

O problema da falta de formação dos profissionais que atuam na educação infantil afetam ainda grande parte do Brasil. Temos muitos estados e municípios que resistem às mudanças definidas pela nova legislação, colocando para trabalhar com a educação infantil os professores com menos formação, fazendo concursos públicos para atendentes e monitores de creche exigindo apenas o ensino fundamental ou médio, não dando o devido valor a esta etapa da Educação Básica. É preciso uma política pública que faça cumprir as leis.

Sobre este tópico, a LDB 9394/96 estabelece que:

Art. 61 Art. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009). I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009); II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009); III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou

superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);
Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009). III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

Com esta afirmação fica claro que se não houver um incondicional apoio e adesão participativa do professor na construção de propostas, em qualquer dimensão que seja, permanecerá tudo no campo do discurso e das disposições legais não chegando ao terreno da realidade: o trabalho cotidiano da sala de aula. Sendo assim, o posicionamento do professor é fundamental para qualquer ação no campo educacional. Nesse sentido a formação de professores precisa ser repensada e reestruturada num todo, abrangendo as dimensões da formação inicial e da formação continuada, pois esta é condição indispensável para uma educação infantil de qualidade.

CAPÍTULO III

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Este capítulo tem como foco a formação de professores para a educação infantil no Brasil, pois o profissional responsável pela educação da criança de 0 a 6 anos de idade da Educação Infantil só recentemente com as políticas públicas a partir dos anos 80, a formação deste profissional tem recebido atenção dos governos.

No Brasil, a formação dos profissionais que atuam em educação infantil, principalmente em creches, praticamente inexistente como habilitação específica. Assinala-se que algumas pesquisas registraram um expressivo número de profissionais que lidam diretamente com criança, cuja formação não atinge o ensino fundamental completo. Outros o ensino médio, mas sem habilitação de magistério e, mesmo quem a concluiu, não está adequadamente formado, pois esta habilitação não contempla as especificidades da educação infantil (GARANHANI, 2010, p. 188).

A desqualificação leva os profissionais de educação infantil, enquanto categoria profissional, a receberem uma diversidade de nomes para caracterizar as suas funções como: tia, atendente, professora, monitora, babá. É necessário definir a especificidade e a formação do profissional responsável pela educação da criança de 0 a 6 anos para que esse possa receber o nome de educador(a) e seja valorizado(a) como profissional. “A formação dos profissionais que atuam nas creches e pré-escolas é entendida aqui como requisito básico para a educação de qualidade para crianças, como direito relativo à profissão e princípio básico e fundamental de valorização profissional” (BARROS, 2013).

As metas do PNE (2001) sobre formação de professores para a educação infantil tinham como referência a LDBEN 9394/96 que estabelecia a formação em nível superior para docentes da educação básica, admitindo, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Para VIEIRA, (2010, p. 822):

A implantação de um Programa Nacional de Formação dos profissionais de Educação Infantil, com a colaboração da União, estados e municípios, das universidades, institutos superiores de educação e organização não governamentais, também foi estabelecida, com as seguintes metas para formação de professores: que todos os professores, em cinco anos, tivessem habilitação específica de nível médio e, em dez anos, 70% tivessem formação específica de nível superior.

Infelizmente a formação em nível médio, na modalidade Normal não preparava os profissionais para trabalhar na educação infantil, dando ênfase para se trabalhar com séries

iniciais deixando a educação infantil a desejar. Se formavam profissionais despreparados, desqualificados para o específico desta etapa. Atualmente houve alguns avanços, inclusive os estágios estão acontecendo na educação infantil, mas acredito que ainda muitas mudanças devam acontecer para dar qualidade a esta formação.

Referente a formação de professores, parece que já existe uma consciência bastante disseminada de que a oferta existente, tanto no nível do ensino secundário – o curso de magistério – quanto ao ensino superior – o de pedagogia –, não responde às necessidades de qualificação requeridas para a atuação em creches e pré-escolas. Assim, os desafios encontram-se não só no fato de ainda existirem muitos educadores sem formação e escolaridade mínima exigida pela nova legislação, como também na inadequação dos cursos existentes às necessidades de formação para a educação infantil (CAMPOS, et al. 2006, p. 117-118).

Segundo os indicadores de qualidade, um dos fatores que mais influenciam na qualidade da educação é a qualificação dos profissionais que trabalham com crianças. Professoras bem formadas, com salários dignos, que contam com o apoio da direção, da coordenação pedagógica e dos demais profissionais-trabalhando em equipe, refletindo e procurando aprimorar constantemente suas práticas pedagógicas são fundamentais na construção de instituições de educação infantil de qualidade. De acordo com OLIVEIRA, (2011, p.24):

O aprimoramento da formação docente requer, hoje, muita ousadia e criatividade. Tal formação deve considerar que a diversidade está presente nas creches e pré-escolas não só em relação às faixas etárias das crianças e ao número de horas semanais em que ocorre o atendimento a elas, mas também em relação aos objetivos defendidos e às programações de atividades efetivadas em seu cotidiano.

O trabalho do professor precisa ser reconhecido e valorizado por todos os segmentos da sociedade, principalmente pela instituição, pela comunidade e pela família. É necessário que se estabeleçam canais de comunicação e diálogo para que as famílias conheçam o trabalho educativo que é desenvolvido com as crianças, assim como o importante papel que os profissionais da educação infantil desempenham na escola. Segundo VIEIRA, (2010, p.256).

O Censo Escolar de 2010 mostra, informando o número de professores na educação básica, no lugar de quantidade de funções docentes, mostra que a proporção de docentes com formação em nível superior com licenciatura cresceu na média nacional, sendo 41,1 % nas creches e 48,6% nas pré-escolas, de um total de 141.456 e 257.790 docentes, respectivamente (INEP, 2010). Isso representa um importante avanço na qualidade do atendimento, pois a formação do profissional é condição indispensável para uma educação infantil de qualidade, além de revelar a aproximação da oferta pública e privada com o marco legal.

Os professores e todos que trabalham com educação infantil devem assumir uma postura profissional, fazendo transparecer em suas atitudes e identidades de pessoas cientes da relevância social do trabalho que realizam com as crianças e na relação com a família. É fundamental que se invista mais na qualificação dos profissionais que trabalham com as crianças, que sejam valorizados e que as condições de trabalho sejam compatíveis com as tarefas que envolvem o cuidado e a educação das crianças até seis anos de idade. Professor bem formado que aprimora seu conhecimento e suas práticas é capaz de ter atitudes investigadoras, se questionar constantemente, construir a sua prática, analisar e modificá-la.

É neste contexto complexo que se faz necessário ressignificar a identidade do professor. O ensino, atividade característica dele, é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valor e que exige posturas éticas e políticas. Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criativa para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos (OLIVEIRA, 2011, p.13).

Os direitos da criança devem ser respeitados, portando é fundamental que o docente tenha conhecimento do currículo, da proposta pedagógica, das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2009) para que desempenhe seu papel com responsabilidade e não antecipe as fases de aprendizagem da criança. A formação de docentes é uma tarefa complexa que precisa contar com o esforço conjunto de diferentes segmentos da sociedade.

Segundo a DCNEIS (2010):

As instituições de Educação Infantil devem ter como objetivo garantir à criança o acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e a interação com outras crianças”(DCNEIS, 2010 p.18).

É necessário ocorrer uma reformulação na educação, assim como nos cursos de formação, principalmente na preparação para trabalhar com a educação infantil. Acredito que além de um bom embasamento teórico, deverá haver mais atividades práticas que possibilitem um suporte melhor. Ainda existe uma visão errônea quanto à educação infantil: geralmente são colocados a trabalhar com essa faixa etária os professores que menos formação tem.

CAPÍTULO IV

CONTEXTUALIZANDO O MÉTODO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os estudos referentes a esta pesquisa foram feitos através de uma pesquisa de caráter qualitativo, sob forma de pesquisa participante, pois se compõe de dados coletados através de questionário aberto envolvendo o contato do pesquisador com os professores. A partir do tema pesquisado procurei compreender a realidade escolar, a prática pedagógica e suas implicações no trabalho realizado na educação infantil, dando atenção especial às questões que serão focalizadas.

Pode-se definir pesquisa participante como uma modalidade de pesquisa que tem com propósito “auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas” (Le Boterf, 1984, apud, GIL, 2010, p. 43). As origens da pesquisa participante estão, portanto, na ação educativa. Sua principal influência encontra-se nos trabalhos de Paulo Freire relativos à educação popular.

Segundo Minayo (1999, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A pesquisa qualitativa responde de forma mais completa aos meus anseios em relação ao desenvolvimento da pesquisa pela qual optei para o desenvolvimento de minha monografia. Através da pesquisa pude explorar e valorizar o ponto de vista das pessoas, de forma a conhecer os seus valores, significados, crenças, pensamentos, fenômenos vivenciados por elas. A coleta de dados através do questionário aberto como instrumento de pesquisa, permite ao professor expressar sua forma de pensar sobre o tema proposto pela pesquisadora com maior liberdade e de forma direta, possibilitando a obtenção de dados a partir do ponto de vista dos professores pesquisados, após analisadas e interpretadas, as ideias expressas pelo sujeito pode tornar-se um veículo para nova busca de informações. Também pela dificuldade de reunir os professores foi que optei pelo questionário. Seis professoras se dispuseram a responder, a diretora e a vice-diretora, porém apenas três professoras e a vice-diretora retornaram. Através do questionário, buscou-se analisar a visão da gestão escolar e das professoras em relação à formação continuada.

O quadro abaixo expressa os sujeitos da pesquisa:

QUADRO 1- Relação dos docentes pesquisados

Nomenclatura	Formação	Tempo de experiência profissional	Tempo de atuação na escola	Turma que atua
Professor 1	Magistério Lic. Letras Pós-gestão Escolar	14 anos	3 meses	Maternal I
Professor 2	Magistério Lic. Letras Pós-Interdisciplinaridade escolar	12 anos	2 anos	Maternal I Maternal II Pré I e II
Professor 3	Magistério Lic. Ciências e Matemática, Pós-Didática e metodologia do ensino	14 anos	3 meses	Maternal II
Professor 4	Magistério Lic. Língua Portuguesa e respectiva literatura	12 anos	3 meses	maternal II
Professor 5	Ciências Biológica	10 anos	3 meses	Pré I e II
Professor 6	Lic. Letras	18 anos	2 anos	Maternal I

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 2- Relação de atendentes pesquisadas

Nomenclatura	Formação	Tempo de experiência profissional	Tempo de atuação	Turma que atua
Atendente 1	Ensino médio	18 anos	18 anos	Berçário
Atendente 2	Ens. Fund. Incompleto	22 anos	12 anos	Berçário
Atendente 3	Ens. Médio	18anos	18 anos	Maternal I
Atendente 4	Ens. Médio	10 anos	2 anos	Berçário
Atendente 5	Ens. Fund. Incompleto	7 anos	2 anos	Maternal I

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 3- Relação das monitoras pesquisadas

Nomenclatura	Formação	Tempo de experiência	Tempo de atuação	Turma que atua
Monitora 1	Magistério	10 anos	3 meses	Maternal III
Monitora 2	Magistério	10 anos	2 anos	Maternal II

Fonte: Elaborado pela autora.

QUADRO 4- Relação dos gestores pesquisados

Nomenclatura	Formação	Tempo de experiência profissional	Tempo de atuação na escola
Diretora	Lic. Língua portuguesa e respectiva literatura	12 anos	3 meses
Vice-diretora	Lic. Matemática	14 anos	1 ano e 3 meses

Fonte: Elaborado pela autora.

CAPÍTULO V ANÁLISE DE DADOS

A análise de dados nos fornece dados muito significativos que nos possibilita refazer o caminho, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos, nos permite a uma reflexão em torno dos problemas enfrentados, erros cometidos, escolhas feitas e dificuldades descobertas.

O reconhecimento do poder relativo da metodologia tem por trás outra decorrência da evolução do pensamento epistemológico: a substituição da verdade pela tentativa de aumentar o poder explicativo das teorias. Neste contexto, o papel do pesquisador passa a ser de intérprete da realidade pesquisada, segundo os instrumentos conferidos pela sua postura teórico-epistemológica. Não se espera, hoje, que ele estabeleça a veracidade das suas constatações. Espera-se sim, que ele seja capaz de demonstrar – segundo critérios públicos e convincentes – que o conhecimento que ele produz é fidedigno e relevante teórica e/ou socialmente. (LUNA, 1996, p.14).

Buscando refletir sobre as práticas pedagógicas e as concepções de infância que permeiam a formação de docentes que atuam na educação infantil, foram alvos desta pesquisa quatro professoras de uma escola pública municipal do município de Coronel Bicaco/RS.

Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado (GIL, 2010, p. 102).

Aos professores foram feitas as seguintes perguntas:

1. Qual a sua formação inicial?

Respostas das professoras:

Professora “A”: Licenciatura plena em Matemática.

Professora “B”: Magistério.

Professora “C”: Minha formação inicial é magistério, fiz depois Ciências e Matemática e pós em Didática e Metodologia.

Professora “C”: Magistério.

As respostas dadas pelas professoras mostra que apenas uma professora não tem magistério, as demais têm magistério, formação mínima exigida para trabalhar com educação infantil, as demais professoras buscaram formação continuada, porém não a formação específica na educação infantil.

Ser docente na educação infantil, com base no perfil apresentado, é ter sempre uma atitude investigativa da própria prática e, constantemente, fazer a elaboração por

meio de um processo contínuo de formação. É ter o compromisso com a profissão escolhida e consciência de que suas intenções e ações contribuem na formação humana de nossas crianças ainda pequenas. Formação humana que se faz pelo acesso aos saberes, conceitos e práticas de nossa sociedade e que representam como ferramentas de trabalho, pelo respeito às condições de aprendizagem que se faz pela oferta de possibilidades educacionais e, por fim, a clareza de que a professora da pequena infância é uma das profissionais responsáveis por proporcionar a conquista da autonomia e da construção de identidades das crianças pequenas do nosso país. (GARANHANI, 2010, p.197).

O docente da educação infantil deve ser um profissional comprometido, reflexivo na sua prática pedagógica, que respeite os direitos de aprendizagem da criança, que tenha formação e que busque continuamente se aprimorar de conhecimentos para qualificar seu trabalho, pois o papel que desempenha é fundamental na construção de cidadãos críticos, autônomos.

2. Qual a formação que você acredita que é adequada para trabalhar na área da Educação Infantil?

Respostas das professoras:

Professora “A”: Magistério.

Professora “B”: Pedagogia.

Professora “C”: No meu caso acredito que um magistério dá suporte suficiente, mas quanto mais formação mais criativo, variado e melhor será o planejamento.

Professora “D”: Ser pedagoga.

Apenas uma professora acredita que o magistério é a formação adequada para trabalhar na área da educação infantil. A professora “C” acredita que o magistério dá suporte, mas dá a entender que acha necessário ter outras formações. No entanto, não cita a formação específica na área da educação infantil. Creio que somos eternos aprendizes e precisamos estar em constante busca de saberes, sabemos que a formação inicial deve ocorrer no âmbito das universidades e em instituições de ensino superior e que estas devem ser aperfeiçoadas, pois sabe-se que as propostas pedagógicas examinadas nos cursos de formação estão sendo aprendidas de modo superficial, dentro de currículos não atualizados, é preciso repensar a formação de profissionais da educação para que estes tenham competência de atender aos objetivos dos diferentes níveis de ensino e melhor compreender o desenvolvimento infantil, e práticas pedagógicas mais qualificadas que respeitem a criança como protagonistas.

Atualmente, a formação inicial para atuação nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação infantil deve ocorrer no âmbito das universidades e em instituições de ensino superior, de acordo com as novas diretrizes curriculares para os cursos de pedagogia, mas os cursos já existentes estão longe de disponibilizar uma formação de qualidade (VIEIRA, 2010, p. 257).

Sabe-se que a formação inicial para atuar na educação infantil e séries iniciais deve ocorrer no âmbito das universidades e instituições de ensino superior, mas os cursos precisam de uma reforma e reestruturação, pois os mesmos não estão sendo realizados com qualidade e nem satisfazendo as expectativas dos professores, estão sendo formados profissionais sem capacitação adequada para atuar na educação infantil. Também há muitas escolas de educação infantil que atuam docentes sem ter a mínima formação e que ainda prevalece o cuidar e não o educar.

3. Você acha necessário o planejamento pedagógico coletivo nas escolas para educação infantil?

Respostas das professoras:

Professora “A”: Sim, pois a troca de experiências é muito válida

Professora “B”: Sim.

Professora “C”: Sim, o planejamento coletivo torna a prática docente mais integral.

Professora “D”: Com certeza, é ele o responsável para que nossas aulas sejam diversificadas e dinâmicas.

Os professores destacam aqui o planejamento coletivo como sendo importante para a troca de experiências, para enriquecer o trabalho docente e tornar as aulas mais dinâmicas. O planejamento coletivo é o elemento norteador da prática educativa, pois sabemos que o nosso trabalho pedagógico só será consistente na medida que temos um bom planejamento e para que o planejamento tenha esta consistência e não ocorra um distanciamento do trabalho que está sendo desenvolvido na escola é importante que os professores tenham o espaço de planejamento coletivo para que possam trocar ideias, compartilhar experiências, dar sentido as ações pedagógicas, refletirem e avaliarem suas práticas pedagógicas e rever suas respectivas concepções de infância. A ação educativa não se efetiva pela improvisação e sim por um planejamento que não seja rígido, mas sim flexível, que leve em conta as vivências, as experiências e os contextos de vida das crianças.

O planejamento curricular deve assegurar condições para a organização do tempo cotidiano das instituições de Educação Infantil de modo a equilibrar continuidade e inovação nas atividades, movimentação e concentração das crianças, momentos de segurança e momentos de desafio na participação das mesmas, e articular seus ritmos individuais, vivências pessoais e experiências coletivas com crianças e adultos. (PARECER CNE/CEB Nº: 20/2009,p.12)

Para orientar as unidades de Educação Infantil a planejar seu cotidiano, as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil (2009) apontam um conjunto de princípios defendidos pelos diversos segmentos ouvidos no processo de sua elaboração e que devem orientar o trabalho nas instituições de Educação Infantil. Dada sua importância as propostas pedagógicas de Educação infantil devem respeitar os seguintes princípios:

- Éticos – da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- Políticos – dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- Estéticos - da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais (DCNEI, 2010, p.16).”

4. Como está previsto o horário de planejamento dos professores no plano de carreira municipal, que atuam na educação infantil?

Respostas das professoras:

Professora “A”: O plano de carreira contempla as horas de planejamento, mas não define o horário.

Professora “B”: Quatro horas semanais.

Professora “C”: Quatro horas semanais.

Professora “D”: uma vez na semana. (2 horas no coletivo)

As respostas dos professores são divergentes, isso deixa evidente que alguns professores não tem conhecimento sobre o plano de carreira e que não acontece o planejamento coletivo da educação infantil na escola. As horas de planejamento estão contempladas no plano de carreira sendo que são de 4h semanais, porém o planejamento não acontece. Essas 4 horas que seriam para planejamento os professores utilizam para resolverem problemas particulares. O planejamento é feito individualmente por aqueles professores que são comprometidos e que se preocupam com a qualidade da educação.

De acordo com o plano de carreira do município:

TÍTULO III

DO REGIME DE TRABALHO 9 Art. 25 – O regime normal de trabalho dos profissionais da educação, com atuação na educação infantil e ensino fundamental será de 20 horas semanais, sendo que 20% dessa carga horária fica reservada para horas atividades.

Parágrafo único – As horas atividades são reservadas para estudos, planejamento e avaliação do trabalho didático, bem como atender a reuniões pedagógicas, prestar colaboração com a administração da escola, articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

A partir deste artigo, os profissionais da educação que trabalham 20 horas semanais passam a ter o direito a 20% da carga horária para horas atividades, estas horas o professor deveria usar para o seu planejamento, para reuniões pedagógicas, para refletir sobre sua prática pedagógica, para seu aperfeiçoamento, mas sabe-se que em muitas escolas isso não acontece, não há planejamento coletivo e o professor acaba utilizando esse tempo disponibilizado para resolver problemas particulares.

5. Você acredita que é necessário ter mais horas de planejamento para os professores de educação infantil?

Resposta das professoras:

Professora “A”: Não, porque tempo muitas vezes não é qualidade, o professor dedicado pode trabalhar 60 horas que vai dar aulas maravilhosas, sendo que, professores com 20 horas vem sem planejamento.

Professora “B”: sim.

Professora “C”: Acredito ser suficiente o tempo já é disponibilizado.

Professora “D”: Sim, no mínimo quatro horas semanais.

Concordo parcialmente com o professor “A”, tem professor que trabalha 20 h e vai para a escola sem planejamento, me pergunto e as 4h disponibilizadas para o planejamento, o que faz esse professor neste tempo? Ao mesmo tempo não acredito que um professor trabalhando 60h consiga dar aulas maravilhosas, sabe-se que a maioria dos professores trabalham em mais de uma escola e que não tem horário de planejamento, que têm família que também precisa de tempo. Os demais professores acham suficientes as 4h. Concordo que se o professor realmente planejar nas 4h que são disponibilizadas para o planejamento terá condições de fazer um bom planejamento semanal, no entanto acredito que quanto mais horas disponibilizadas melhor poderá ser o planejamento, favorecendo a formação da criança. O planejamento é uma tarefa que nos traz desafios, é preciso pensar o que propor a ela diariamente, o que oferecer às crianças para que a aprendizagem seja significativa e que ela

possa ter oportunidades de interações com crianças, e com adultos, possibilitando-as a ampliarem o seu conhecimento.

Um bom planejamento das atividades educativas favorece a formação de competências para a criança aprender a cuidar de si. No entanto, na perspectiva que integra o cuidado, educar não é apenas isto. Educar cuidando inclui acolher, garantir a segurança, mas também alimentar a curiosidade, a ludicidade e a expressividade infantis. (PARECER CNE/CEB Nº 20/2009 DCNEI p.10).

O planejamento é a nossa ferramenta de trabalho, ele nos ajuda a organizar as atividades que queremos desenvolver, o cuidar o educar não pode ocorrer dissociado, ele exige acompanhamento e avaliação para que possamos alcançar nossos objetivos, ele não deve ser rígido, mas flexível atendendo o interesse da criança e aberto para as revisões necessárias, propiciando uma aprendizagem significativa.

6. Você acredita na formação continuada?

Respostas das professoras?

Professora “A”: acredito desde que estas formações sejam com atividades práticas para que o professor aplique em sala de aula.

Professora “B”: sim.

Professora “C”: Sim, pois nós professores devemos estar sempre em aprendizado.

Professora “D”: Sim, é através dela que adquirimos experiências e serve como injeção de ânimo aos professores.

A formação continuada não envolve somente atividades práticas, mas sim todo o conhecimento que se adquire, seja ele com prática ou com embasamento teórico, pois há a necessidade de se ter o conhecimento científico sobre o desenvolvimento infantil. O modo de cuidar, educar a criança é impar. O professor “B” concorda, mas não justifica o porquê. Pelo professor “C” conclui-se que é importante estar em constante aprendizado. O professor “D” acredita que a troca de experiências serve para motivá-lo. Acredito na formação continuada, pois ela é um tema presente no cotidiano dos profissionais e das instituições educacionais. A educação é um processo de reflexão, precisa ser contínua e coerente com ação educativa, ela possibilita aos profissionais que atuam na educação infantil a reflexão e reconstrução contínuas e permanentes de suas concepções e práticas educativas, o cuidar e o educar são

ações indissociáveis no processo educacional nesta etapa da educação, ela deve ter como foco as especificidades do trabalho docente na educação desta fase. A educação infantil exige do profissional que atua neste nível da educação básica uma amplitude e singularidade de ações em sua prática educativa. Portanto é necessário que o professor esteja em constante formação.

A formação continuada é um processo complexo, pois cada profissional tem um modo próprio de processar a informação que recebe e de colocá-la em prática. Neste sentido, Imbérnon (2006) nos coloca:

Para que seja significativa e útil, a formação precisa ter um alto componente de adaptabilidade à realidade diferente do professor. E quanto maior a sua capacidade de adaptação mais facilmente ela será posta em prática em sala de aula ou na escola e será incorporada às práticas profissionais habituais. Um dos objetivos de toda formação válida deve ser o de poder ser experimentada e também proporcionar a oportunidade para desenvolver uma prática reflexiva competente (IMBÉRNON, 2006, p.17).

Assim, o processo de formação continuada deve estar voltado para as diversas necessidades cotidianas das instituições, ou seja, aos diferentes contextos profissionais.

7. Você concorda que o gestor tem dificuldades de implementar o planejamento nas escolas?

Respostas das professoras:

Professora "A": Concordo plenamente, existe dificuldades que vai desde conciliar os horários dos professores para se encontrarem até o hábito de alguns professores de realmente terem organização e sequência do que vai ser trabalhado.

Professora "B": Sim.

Professora "C": Sim, pois principalmente o planejamento coletivo.

Professora "D": Não concordo, acredito que cada gestor tem autonomia e querendo, as coisas dão certo com uma equipe de trabalho que planeja unida.

Nestas respostas, fica claro que há divergência de opiniões. Acredito que há dificuldades sim de conciliar horários, mas não é impossível, deve haver um consenso, pois o planejamento coletivo na escola é indispensável para que se possa fazer uma avaliação das ações que estão acontecendo, bem como replanejar as mesmas. O gestor escolar é um profissional que além de responsável pela parte burocrática da escola, ele é parte integrante na construção do conhecimento, seu trabalho além de complexo é decisivo, é ele que deve definir meios para trazer para junto de si o seu grupo de trabalho, criando oportunidades para

que aconteça o planejamento e a capacitação docente. O gestor deve gerenciar com responsabilidade, motivação, preocupando-se com a formação continuada de sua equipe interagindo com a comunidade escolar, atualizando-se e compartilhando conhecimentos.

De acordo com os indicadores de qualidade:

As professoras devem planejar atividades variadas, disponibilizando os espaços e os materiais necessários, de forma a sugerir diferentes possibilidades de expressão, de brincadeiras, de aprendizagens, de explorações, de conhecimentos, de interações. A observação e a escuta são importantes para sugerir novas atividades a serem propostas, assim como ajustes no planejamento e troca de experiências na equipe. (BRASÍLIA: MEC/SEB, 2009, p.38).

Ao planejar as atividades, o professor deve ser criativo, deve organizar os espaços e matérias variados e acessíveis, possibilitando a criança a ter experiências agradáveis, expressando se por meio de diferentes linguagens, construindo sua autonomia, e facilitando a interação entre elas. É importante que o professor observe e saiba escutá-las, respeitando a identidade, as ideias, desejos e interesses da criança para que possa reavaliar seu planejamento.

8. Qual a influência da legislação para a educação infantil na sua prática pedagógica?

Respostas das professoras:

Professora “A”: As leis devem existir para amparar as crianças. Relacionando com minha prática pedagógica não influencia muito, pois o que faço pelas crianças é de coração e o cuidado que tenho com elas não é a lei que vai fazer com que eu tenha isso.

Professora “B”: Em auxiliar na prática, bem como respeitar o tempo de cada discente e as necessidades dos mesmos.

Professora “C”: Na minha prática pedagógica em sala a influência da legislação é mínima, pois na maioria das vezes não fazemos parte das decisões e sim as recebemos prontas (o que não é bom).

Professora “D”: Procuramos ler sempre e adaptar as leis à nossa prática diária, até porque ficamos por dentro do que é permissível ou não.

Ao analisar as respostas dadas a questão referente a legislação para a educação infantil, percebe-se que para alguns professores a pergunta não ficou clara ou não têm conhecimento sobre a legislação. As leis não servem apenas para amparar as crianças e as

mesmas não tem somente o direito ao carinho, ao cuidado, mas sim a ter uma educação de qualidade. Devemos estar atentos aos acontecimentos em seu entorno e os relativos a políticas educacionais. Mesmo que muitas vezes elas não saem do papel, a legislação é o nosso referencial, precisamos estar atualizados com as políticas públicas vigentes em nossa rede de ensino.

Segundo os indicadores de qualidade:

Para elaborar a proposta pedagógica, a equipe de uma instituição de educação infantil deve se atualizar sobre as orientações legais vigentes e sobre os conhecimentos já acumulados a respeito da educação infantil. (BRASÍLIA: MEC/SEB, 2009, p.35).

A proposta pedagógica de uma instituição de educação infantil deve ser bem elaborada, para isso é necessário seriedade, comprometimento de toda a equipe. É fundamental que todos se atualizem sobre as orientações legais vigentes, pois estas estão em constante mudança e é preciso termos conhecimento das mesmas e buscar novos conhecimentos sobre a educação infantil.

Dada a importância das Diretrizes como instrumento orientador da organização das atividades cotidianas das instituições de Educação infantil, iremos apresentar alguns de seus pontos básicos. Dialogar sobre as Diretrizes e aproximá-las da prática pedagógica pode ajudar cada professor a criar nas unidades de Educação Infantil, junto com seus colegas, um ambiente de crescimento e aperfeiçoamento humanos que contemplem as crianças, suas famílias e a equipe de educadores (OLIVEIRA, 2010, p.1).

As Diretrizes Curriculares Nacionais de educação Infantil é o instrumento orientador da organização das atividades das instituições de Educação Infantil, daí a importância do professor conhecer, dialogar, de refletir sobre as práticas pedagógicas que estão sendo praticadas para poder fazer dessa instituição um ambiente de crescimento e aperfeiçoamento onde contemple os direitos de aprendizagem das crianças e se tenha uma maior participação e envolvimento da família, da equipe de educadores, das crianças e da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal, refletir sobre as práticas pedagógicas e as concepções de infância que permeiam a formação de docentes que atuam na educação infantil e como problema teve a seguinte questão: quais as práticas pedagógicas e concepções de infância permeiam a formação de docentes que atuam na educação infantil? A hipótese inicial aponta que a maioria dos professores tem magistério, que nenhum professor tem pedagogia e têm formação específica nas áreas de Gestão Escolar, Interdisciplinaridade, Didática e Metodologia do Ensino e que nenhum professor teve acesso na área de Especialização de Educação infantil. Esta falta de formação específica vem sofrendo críticas em razão de não atender as mudanças que vêm ocorrendo na organização do ensino da educação infantil. No Brasil o cumprimento das leis são muito lentas e não há uma preocupação maior com esta etapa da educação básica, há uma fragmentação nas concepções sobre o educar e o cuidar, há falta de valorização e investimento público na profissionalização dessa área. A LDB ao definir o profissional para atuar na educação infantil delinea a identidade profissional e afirma a necessidade de formação para os profissionais leigos que trabalham nas instituições de educação infantil, mas sabe-se que ainda há muitos municípios que destinam os professores com menos formação para as escolas para trabalhar com a educação infantil e atendentes com apenas ensino fundamental. É necessário discutir políticas públicas para a educação infantil que respeitem os direitos da infância e não descaracterizem a educação da criança. Acredito que para ser gestor da educação infantil, o profissional deve ter formação específica, o papel que desempenha é muito importante, ele é parte integrante na construção do conhecimento, é ele quem deve definir e criar oportunidades para que aconteça o planejamento coletivo na escola e a capacitação docente de seu grupo de trabalho. A formação dos profissionais desta etapa da educação básica deve ser encarada e defendida como prioridade para que se possa oferecer uma educação de qualidade nesta etapa tão importante na vida da criança. As conquistas da Educação Infantil são muito recentes, entre elas destaca-se a revisão e atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a visibilidade que ganha a educação infantil no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Na tentativa de melhor compreender as implicações que levam os professores a não ter formação continuada e considerando que esta é de vital importância para a formação integral da criança, após ter realizado a pesquisa qualitativa e sua fase bibliográfica, creio que a

formação continuada é possível a partir do momento em que a escola, a gestão municipal e educadores se conscientizarem da importância desta na construção de sujeitos interativos, sobre o entendimento das práticas pedagógicas e das concepções de infância que permeiam a formação de docentes que atuam na educação infantil. Na escola, o dinamismo, a atuação do professor depende da qualidade e do nível dos conhecimentos e habilidades de que são portadores os seus educadores, pois eles são os elementos chave, permanentes de reconstrução, daí a importância da escola, da direção, organizar o espaço e possibilitar momentos de formação. Com o apoio da direção conseguimos concretizar alguns encontros de formação com a participação de alguns professores, monitores e atendentes, também foi adquirido material pedagógico, recebemos mobiliário novo para as salas de aula e cozinha, recebemos uma parcela do PDDE, da manutenção ProInfância e duas parcelas do Brasil Carinhoso, considero que tivemos avanços significativos.

É necessário formar profissionais conscientes das práticas educativas que desenvolvem, assim como dispostos a refletir sobre elas a partir de reflexões teóricas. A continuidade da formação deverá ser permanente, desafiadora, necessita ser construída e adaptada a partir da realidade da escola e das suas necessidades. Conclusões preliminares apontam que os saberes, os planejamentos, a reflexão sobre o trabalho, a reorganização das práticas pedagógicas são fundamentais para os profissionais que atuam na Educação Infantil e faz-se necessário proporcionar estes saberes por meio de um processo de formação continuada, priorizando temas que oportunizem a organização do trabalho educativo voltado à criança, o conhecimento das novas práticas, de reflexão das ações, de interação das experiências e da superação das dificuldades.

ANEXO 1 - Instrumento de coleta de dados

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. Qual a sua formação inicial?
2. Qual a formação que você acredita que é adequada para trabalhar na educação infantil?
3. Você acha necessário o planejamento pedagógico coletivo nas escolas para a educação infantil?
4. Como está previsto o horário de planejamento dos professores no plano de carreira municipal, que atuam na educação infantil?
5. Você acredita que é necessário ter mais horas de planejamento para os professores da educação infantil?
6. Você acredita na formação continuada?
7. Você concorda que o gestor tem dificuldades de implementar o planejamento nas escolas?
8. Qual a influência da legislação para a educação infantil na sua prática pedagógica?

ANEXO 2 - CARTA DE APRESENTAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL**

Santa Maria, 15 de abril de 2016.

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Vimos por meio desta, apresentar a acadêmica Carmen Salete Pithan da Silva Matrícula 201470001 do Curso de Especialização em Docência na Educação Infantil, do Centro de Educação da UFSM, para realizar pesquisa nesta instituição, através de entrevista, questionário ou observação participante.

Certos de sua compreensão agradecemos a recepção de nossos (a) acadêmicos (a) nesta instituição.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Débora Teixeira de Mello
Coordenadora Geral de Curso
Centro de Educação/UFSM

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado do papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394**, de 24 de dezembro de 1996. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010. 36 p. : il.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2009.

_____. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009. 64 p. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7783-020-6 1. Educação 2. Educação Infantil. 3. Qualidade - educação. I. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Básica. CDD 370.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Indicações para subsidiar a construção do plano nacional de Educação 2011-2020**. Brasília, DF: MEC/cnf, 2009.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**/Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

CAMPOS, M. M. A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educação & Sociedade**, Campinas/SP, n. 68, dezembro, 1999.

CAMPOS, M. M. , JODETE F., VERENA W. A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA: ALGUNS RESULTADOS DE PESQUISA **Cadernos de Pesquisa**, v.36, n,127, jan./abril.2006.

GARANHANI, Marynelma C. A docência na educação infantil. In: SOUZA, Gisele de. **Educar na infância: perspectivas histórico-sociais**. São Paulo: Contexto, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IMBÉRNON, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LUNA, Sergio Vasconcelos de **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 13. Ed. Petrópolis: Vozes,1999.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de **Educação infantil: fundamentos e métodos**/ Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. – 7 . Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA, Maria Fraga – A educação infantil e o Plano nacional de Educação: as propostas da CONAE 2010. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol 31, n. 112. Jul-set. 2010.